


RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 26/08/2020.

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ROSANGELA DE BARROS TOLEDO

**DISCUSSÃO SOBRE UM SISTEMA MUNICIPAL
DE AVALIAÇÃO COMO DIMENSÃO DE
APRIMORAMENTO DA GESTÃO
EDUCACIONAL**



ARARAQUARA – SP
2019

ROSANGELA DE BARROS TOLEDO

**DISCUSSÃO SOBRE UM SISTEMA MUNICIPAL
DE AVALIAÇÃO COMO DIMENSÃO DE
APRIMORAMENTO DA GESTÃO
EDUCACIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Bolsa: Capes

ARARAQUARA – SP
2019

Toledo, Rosangela de Barros

DISCUSSÃO SOBRE UM SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO COMO DIMENSÃO DE
APRIMORAMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL

/ Rosangela de Barros Toledo — 2019

153 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

1. Avaliação Educacional. 2. Gestão Educacional. 3. Gestão e Política Municipal. 4.
Política Educacional. 5. Sistema de Avaliação Municipal. I. Título.

DISCUSSÃO SOBRE UM SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO COMO DIMENSÃO DE APRIMORAMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional
Orientador: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes
Bolsa: Capes

Data da defesa: 26/02/2019

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. Ricardo Ricardo Ribeiro

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Hélio José dos Santos Souza

Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Àqueles que são pilares da minha vida: meus pais (*in memoriam*), esposo, filhos e netos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo suporte espiritual.

Aos meus pais (*in memorian*) que me incentivaram aos estudos desde tenra idade e sentiriam orgulho dessa conquista.

Ao meu esposo Luis por apoiar-me incondicionalmente na realização de um sonho que ficara adormecido por vinte e cinco anos e pela capacidade de me trazer paz ao conciliar horas de estudos com a vida familiar e profissional.

Aos meus filhos Ludmila, Leonardo e Luriana que souberam compreender as minhas ausências, confiaram na minha capacidade e propiciaram bom humor a esse processo.

Aos meus netos Helena e Lucca que nasceram após o meu ingresso no mestrado, trazendo alegria e tornando o trabalho de pesquisa muito mais aprazível. Deixo este trabalho a vocês, como exemplo, para nunca desistirem de seus sonhos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes, pelos ensinamentos (acadêmicos e de vida), pela paciência, segurança e confiança trazidos no percurso das disciplinas e na supervisão do trabalho. O amor pela educação transparece em seu olhar e em seus gestos! A você a minha eterna gratidão.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, que ofereceram suporte científico, requisito essencial para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores Dr. Ricardo Ribeiro e Dr. Hélio José dos Santos Souza, dos quais me orgulho por terem participado das bancas examinadoras de qualificação e defesa. Vocês são estudiosos, conhecedores do tema desenvolvido na dissertação e trouxeram contribuições importantes para a conclusão do trabalho.

À minha amiga Rejane de Oliveira, que me incentivou a prosseguir a vida acadêmica, permaneceu ao meu lado durante toda a trajetória, compartilhou saberes e experiências.

Aos demais amigos de percurso, em especial a Daniela Arroyo, Thais Vargas e Vanessa Taue, sempre colaborativas, suscitaram rica troca de experiência entre gerações.

À Secretaria Municipal de Educação de Bebedouro que me propiciou experiência na gestão e forneceu materiais e documentos, sem os quais esta pesquisa se tornaria inviabilizada.

À escola municipal Dr. Augusto Vieira, em nome de seus gestores e amigos professores, da qual extraí as experiências da profissão docente.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001. Meus agradecimentos.

“Produzir e transmitir conhecimentos é uma das funções essenciais, portanto, indescartáveis, de toda instituição educativa. A produção intelectual, as obras do espírito, são bem comum de uma nação e patrimônio da humanidade.”

(DIAS SOBRINHO, 2008, p. 196)

RESUMO

Nas agendas educacionais mundiais são estabelecidas políticas públicas voltadas às avaliações em larga escala associando-se a essa prática a promoção da qualidade do ensino. Os estudos sobre avaliação externa e indicadores de qualidade são vastos no Brasil, mas no âmbito municipal, os números são incipientes ainda. O objeto de estudo deste trabalho é a avaliação externa municipal, implantada na rede pública de Bebedouro (SP) em 2015. A pesquisa partiu do questionamento: Em que medida a implantação de um sistema de avaliação municipal contribui no processo educativo? Para buscar respostas a essa indagação, o objetivo geral da pesquisa foi discutir o desenvolvimento e a implantação de um sistema municipal de avaliação do desempenho escolar como instrumento de gestão e regulação das políticas públicas educacionais, que se desdobraram em: analisar o processo de implantação do sistema de avaliação escolar municipal de Bebedouro; investigar na implantação de um sistema municipal próprio de avaliação a possibilidade de melhoria nos resultados da escolarização; identificar e discutir se os instrumentos avaliativos empregados nesse sistema contribuíram para ajustes nas ações públicas municipais na área da Educação. Os procedimentos metodológicos destacaram a abordagem teórica, exploratória e qualitativa. Em circunstâncias necessárias foram inseridos dados quantitativos para contextualizar as discussões que envolvem índices, tabelas e dados numéricos relacionados à educação. O trabalho concretizou-se por meio de pesquisa bibliográfica e análise teórica documental exploratória, sendo consideradas três dimensões estruturantes para o referencial teórico: avaliação, gestão e políticas educacionais. Tornou-se possível confrontar os princípios teóricos, a prática avaliativa e as políticas educacionais de um sistema público municipal e essas discussões ensejam contribuir com os sistemas públicos municipais porque mobilizam reflexões, experiências e saberes que poderão oferecer subsídios às redes de ensino a fim de identificar caminhos que permeiam o processo de implantação de um sistema avaliativo próprio. Os resultados da pesquisa mostraram que o sistema implantado se revelou fundamental como dimensão de aprimoramento de gestão e regulação das políticas educacionais do município, possibilitando ações para a correção de rumo, tendo como foco a aprendizagem do aluno.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. Gestão Educacional. Gestão e Política Municipal. Política Educacional. Sistema de Avaliação Municipal.

ABSTRACT

In the world educational agendas, public policies are set up for large-scale evaluations, associated with that practice is the promotion of the quality of education. The studies on external evaluation, and on quality indicators, are vast in Brazil, but at the municipal level, the numbers are still incipient. The object of study of this work is the municipal's external evaluation, implemented in the public schools of Bebedouro (SP) in 2015. This research started from the following question: to what extent does the implementation of a municipal evaluation system contribute to the educational process? To search for answers to this question, the aim of this research was to discuss the development and implementation of a municipal school performance evaluation system as an instrument for the management and regulation of educational public policies, which were developed: to analyze the system implementation process of municipal school evaluations of Bebedouro; to investigate, in the implementation of a municipal evaluation system, the possibility of improvement in the results of schooling; to identify and discuss whether the evaluation instruments employed in this system contributed to adjustments in the municipal public actions in the area of Education. The methodological procedures are the theoretical, exploratory and qualitative approaches. In necessary circumstances, quantitative data were inserted to contextualize the discussions involving indexes, tables and numerical data related to Education. The work was carried out through bibliographic research and through exploratory, theoretical, and documentary analysis. Three structuring dimensions were considered for the theoretical reference: evaluation, management and educational policies. It has become possible to confront the theoretical principles, the evaluative practice, and the educational policies of a municipal public system. And, these discussions contribute to the municipal public systems because they mobilize reflections, experiences, and knowledge that may offer subsidies to schools in order to identify paths that permeate the process of implementing a self-evaluation system. The results of the research showed that the implanted system was fundamental for the improvement of management and regulation of the educational policies of the municipality, enabling actions to correct course, focusing on student learning.

Keywords: Educational Evaluation. Educational Management. Municipal's Management and Politics. Educational Politics. Municipal Evaluation System.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Nível de Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática – Prova Brasil – 5º ano.	62
Figura 2	Inter-relação entre os diferentes tipos de avaliação.	70
Figura 3	Distribuição percentual dos acertos por descritor.	114
Figura 4	Resultado geral da rede na avaliação de Produção de Texto.	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Ideb de Bebedouro, Estado de São Paulo (escola pública) e Brasil (municipal).	61
Quadro 2	Número de matrículas do ensino fundamental: 2008-2018.	88
Quadro 3	Descritores avaliados – Língua Portuguesa.	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Médias nacionais projetadas para os anos iniciais do ensino Fundamental.	27
Tabela 2	Projeção do Ideb de Bebedouro: anos iniciais do ensino Fundamental.	27
Tabela 3	IDH do município de Bebedouro.	83
Tabela 4	Percentual da taxa de reprovação.	88
Tabela 5	Níveis de proficiência na produção de texto dos alunos do 4º e 5º ano.	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAP	Avaliação da Aprendizagem em Processo
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
Aneb	Avaliação Nacional da Educação Básica
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Anresc	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
Audesp	Auditoria Eletrônica de São Paulo
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CACS	Conselho de Acompanhamento e Controle Social
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação.
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CME	Conselho Municipal de Educação
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
Demec	Departamento Municipal de Educação e Cultura
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FDE	Fundação para o Desenvolvimento da Educação
FME	Fórum Municipal de Educação
FNE	Fórum Nacional de Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Idesp	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEGM	Índice de Efetividade da Gestão Municipal
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUBR	Organização das Nações Unidas do Brasil
PAR	Plano de Ações Articuladas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programme for International Student Assessment
PME	Plano Municipal de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PNME	Programa Novo Mais Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
Sademb	Sistema de Avaliação do Desempenho Escolar do Município de Bebedouro
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Saresp	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SED	Secretaria Digital Escolar
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SEESP	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
Semeb	Secretaria Municipal de Educação de Bebedouro
SIM Educação	Sistema de Informações Municipais da Educação
Sinaeb	Sistema Nacional de avaliação da Educação Básica
TCESP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PLANOS DE EDUCAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS AÇÕES LOCAIS	25
2.1 Plano Nacional de Educação e a Gestão Educacional Municipal	26
2.2 Plano Municipal de Educação frente à necessidade de se criar novos instrumentos de acompanhamento educacional	30
3 POLÍTICA EDUCACIONAL E AVALIAÇÃO – FUNDAMENTOS TEÓRICOS	32
3.1 Direito ao acesso e permanência com qualidade na escolarização básica	33
3.2 Gestão democrática como princípio orientador da educação	36
3.3 Ações político-administrativas de regulação dos sistemas de ensino	39
3.4 Avaliação em larga escala e indicadores: relação com a qualidade da Educação	43
3.4.1 Avaliação como instrumento de gestão	62
4 DISCUSSÃO METODOLÓGICA	71
5 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BEBEDOURO	79
5.1 Situação Educacional do Município	82
5.1.1 Informações Gerais	82
5.1.2 Informações do Sistema Municipal de Educação	84
5.2 A prática avaliativa anterior ao Sademb	90
5.3 Fatores que motivaram a criação de um sistema próprio de avaliação	94
5.3.1 Exposição de fatores externos	95
5.3.2 Exposição de fatores internos	98
5.4 Processo de criação do Sademb	102
5.4.1 Participação da família nas aplicações das provas	107
5.4.2 Principais problemas detectados em 2015 e soluções apresentadas em 2016	107
5.4.3 Composição das Provas	110
5.5 Avaliação dos alunos público-alvo da educação especial	111
6 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	113
6.1 Apresentação dos resultados do Sademb aos Profissionais da Educação	114

6.2 Produção de texto: dados revelados	117
6.2.1 Escrita de textos: o que os alunos produziram no Sademb	121
6.3 Ações imediatas após constatação da fragilidade na competência escritora dos alunos	122
6.4 Produção de Texto: desdobramentos a partir dos resultados de 2016	125
6.4.1 Devolução das provas às escolas	128
6.5 Necessidade de se investigar as causas do problema apresentado	130
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	142

1 INTRODUÇÃO

“Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação” (AZEVEDO et al., 2010, p. 33). Essas são as primeiras palavras do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, redigidas por um grupo de vinte e seis educadores e intelectuais brasileiros, em 1932. Passados oitenta e sete anos, as palavras ainda soam atuais. E, de todos os problemas educacionais enfrentados no século XXI, um deles será discutido neste trabalho: a avaliação externa¹.

Nas últimas décadas, surgiram nas agendas educacionais mundiais o estabelecimento de políticas públicas voltadas a avaliações em larga escala associando-se a essa prática a promoção da qualidade do ensino.

Avaliação e qualidade são segmentos indissociáveis, um é complemento do outro. Para desenvolver a qualidade, há necessidade de se avaliar, mas a avaliação também precisa ser avaliada e inovada (BALZAN, 2005, p. 119).

No Brasil, essa tendência não foi diferente e os indicadores têm apresentado panorama desfavorável ao sistema educacional, visto que se acumulam os problemas que não são solucionados. Esse quadro é o resultado de como os gestores e administradores educacionais conduzem as políticas públicas em seus territórios de responsabilidade, haja vista que:

[...] educação é bem público, é bem comum: deve ser promovida com a intenção de beneficiar o conjunto da população, os conhecimentos e a formação devem se realizar na perspectiva dos valores mais caros a uma sociedade democrática e devem ser apropriados democraticamente (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 206).

A educação obrigatória como direito universal é um projeto humanizador inserido no progresso da sociedade e deve ser estendido a todos na medida em que se alicerça nos valores da racionalidade e da democracia, que elevam a condição humana (SACRISTÁN, 2001, p. 57). Desta forma, a escola, vista numa dimensão social, é espaço de inclusão, universalidade, emancipação, equidade e promoção dos direitos.

¹ A *avaliação externa*, também chamada de avaliação em larga escala, avalia as redes ou os sistemas de ensino, indo além da sala de aula. Pode ser censitária ou amostral e requer metodologia e instrumentos específicos de análise que possibilitem a manutenção da comparabilidade e confiabilidade dos resultados (CAEd/UFJF, 2018). A *avaliação interna* é a realizada pelo professor e seu universo é a sala de aula. Nessa modalidade, explicitam-se os resultados do processo de ensino e aprendizagem. Acontece intencional e sistematicamente e o professor pode recorrer a diferentes instrumentos avaliativos (CAEd/UFJF, 2018).

No Manifesto de 1932, a educação aparece como uma função social (Azevedo et al., 2010, p. 43). Ela é uma instituição social em que seus objetivos estão explícitos: o de desenvolver as potencialidades dos alunos por meio de conteúdos, que são conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores, para constituírem-se, assim, cidadãos participativos na sociedade em que vivem (LIBÂNEO, 2001, p. 82).

Nessa conformidade, segundo Dias Sobrinho (2008, p. 103), a avaliação educacional deve ser considerada um patrimônio público, apropriado e exercido “como um instrumento de consolidação da educação como um bem comum”. Assim, segundo o autor, cumpre-se o seu papel científico e social, importante nos processos de produção de conhecimentos, capaz de formar sujeitos com autonomia epistêmica, moral, social e política.

Existe no Brasil uma distribuição desigual de oportunidades educacionais e os saberes e não-saberes dos educandos implicam na qualidade de vida em sociedade. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2017, apresenta dez competências gerais², que se articulam nas três etapas da educação básica, visando a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes e valores (BRASIL, 2017b). Para tanto, a escola assume papel primordial na transmissão desses conhecimentos e na formação integral do indivíduo a fim de proporcionar-lhe melhor qualidade de vida. Ficou para trás a época em que o principal objeto do capital era a matéria prima ou os bens produzidos pela humanidade. No século XXI, o conhecimento é a mola propulsora para o desenvolvimento da sociedade organizada e, nesse contexto, é preciso saber se cada escola brasileira é capaz de cumprir sua função social.

Para alcançar melhor nível educacional e social, a transformação inicia-se no âmbito pessoal do aluno e gera, assim, melhores condições para o ambiente em que está inserido e, conseqüentemente, proporciona o avanço em todas as esferas federativas. Portanto, investir em cada aluno é atribuir melhores condições ao país.

O Brasil possui um sistema educacional descentralizado, com mais de cinco mil redes de ensino para gerir suas unidades escolares. Muitos municípios possuem rede própria de ensino, com normas complementares ao estado e à união, enquanto outros estão integrados à rede estadual. Apesar da autonomia dos municípios com rede própria, a mesma torna-se regulada pela União ao centralizar a avaliação em larga escala e obter dados educacionais por meio do Ministério da Educação.

² (BRASIL 2017a, p. 9-10).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tem como principal objetivo realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e fornecer indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado. O levantamento de dados serve para produzir informações que, segundo o Inep, subsidiam a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal. Porém, esse sistema avaliativo é abrangente e leva em consideração os aspectos gerais do país que, ao longo dos anos, foi se aperfeiçoando para orientar o sistema educacional nacional e criar, a partir dos resultados, programas e projetos educacionais.

A Prova Brasil, por exemplo, realizada em larga escala em todo território nacional, intenciona revelar dados aos estados e municípios, mas não considera as especificidades regionais, principalmente relacionadas às concepções pedagógicas e ao currículo: “[...] A variação curricular entre escolas, municípios e estados é grande, cabendo perguntar sobre a validade das matrizes adotadas nessas avaliações.” (GATTI, 2012, p. 34).

Busca-se compreender se os dados contribuem e se são suficientes para subsidiar a gestão dos sistemas educativos municipais.

A avaliação não é uma atividade em abstrato, que se realize, como muitas vezes ocorre na prática, ignorando a diversidade dos currículos e a multiplicidade de metodologias de ensino empregadas por professores com diferentes formações [...], além de posicionamentos diversos quanto às suas áreas de atuação (VIANNA 2003, p. 28).

Numa dimensão menor, o mesmo ocorre com o estado de São Paulo, que conta com 645 municípios de sua abrangência e dispõe do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), aplicado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com a finalidade de produzir um diagnóstico da escolaridade básica paulista e orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional.

Levando-se em consideração que o país dispõe de mecanismos avaliativos e que o mesmo ocorre em vários estados brasileiros, o município, partindo de sua autonomia administrativa, precisa de elementos aprimorados que considerem as suas características e necessidades locais. Por isso, ao falar sobre o propósito do teste, o objetivo do instrumento e a situação concreta em que será utilizado, Vianna (2014, p. 39), salienta que um teste serve “[...]”

para um determinado contexto e para um fim específico, não tendo a mesma utilidade em outros contextos e para outros fins”.

Tendo estes pontos levantados, consideramos que as descobertas encontradas na Prova Brasil não podem ser transportadas de imediato para a realidade local, pois se trata de testes estandardizados, referentes ao propósito educacional do país, cujas informações agregadas mostram-se incompletas ainda para os objetivos educacionais municipais.

Os resultados das avaliações externas no âmbito nacional, estadual ou municipal, contudo, contribuem para redimensionar a proposta pedagógica das unidades escolares, qualificar o planejamento e orientar as ações das secretarias de educação. Barroso (2013, p. 17) acredita que a autonomia dos sistemas favorece a aproximação local para tomadas de decisões com base em suas especificidades a partir da participação dos envolvidos no processo de forma a reduzir a burocracia e desenvolver a criatividade e a inovação pedagógica.

Assim como as relações de ordem econômica, política, cultural, social e educativa estruturam-se em grandes proporções no país, também se expressam no município, espaço que constitui e institui o Estado brasileiro. Esse território organiza-se administrativa e politicamente numa relação mais direta com a população. É espaço de desenvolvimento de diversas ordens e entre elas a educacional, que requer estabelecimento de normas, diretrizes e procedimentos próprios. A Constituição Federal lhe assegura autonomia e lhe dá autenticidade ao torná-lo ente federado, tendo a Lei Orgânica Municipal como seu maior preceito.

Esta pesquisa buscou discutir o processo de implantação de um sistema de avaliação do desempenho escolar dos alunos da rede municipal de Bebedouro (SP), como uma ação estratégica prevista no Plano Municipal de Educação/2015. Abordou ainda como a avaliação está a serviço da gestão educacional e regulação das políticas públicas, vista a regulação “[...] como dinâmica que utiliza todas as referências para avançar dentro dos limites superiores das possibilidades” (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 204).

Foi preciso investigar se implantar um sistema de avaliação como novo modo de regulação e aprimoramento da gestão confere melhores resultados educacionais e se detecta as dificuldades e potencialidades dos alunos, as necessidades formativas dos professores e as fragilidades do sistema municipal.

Nesse sentido, o aluno deixa de ser o centro da condição técnica de medir o seu rendimento e o foco passa para o seu entorno, ou seja, o de analisar como e em quais condições está sendo ofertado o suporte necessário para que ocorra a aprendizagem. Vianna (2003; 2014), em seus estudos, destaca a importância de se criar uma cultura avaliativa no Brasil, como política de ação, com caráter de pesquisa considerando a diferença entre medir e avaliar.

Se, segundo o autor, existe necessidade de também se avaliar o contexto onde o aluno está inserido, é preciso refletir sobre quais insumos se oferecem nas escolas públicas e quais seriam necessários para qualificar a prática educativa na formação inicial e em processo dos professores, bem como a sua valorização profissional, o currículo, a infraestrutura das escolas, os equipamentos tecnológicos, a gestão democrática, entre outros.

O histórico educacional mostra que são criados mecanismos desvinculados uns dos outros, com investimentos financeiros, numa sucessiva tentativa de transformação da realidade. Entretanto, essa transformação não se efetiva e à margem desse cenário estão gerações de indivíduos que perderam a oportunidade do acesso a melhores condições sociais, culturais e educacionais, o que leva, muitas vezes, à falta de conhecimentos necessários para inferir na transformação política do país.

Apesar disso tudo, um problema é tido como superado: o acesso da criança à escola. Em 1950, apenas 36% das crianças brasileiras de 7 a 14 anos tinha acesso à escola (GOLDEMBERG, 1993, p. 68) e, segundo PNAD³ (IBGE, 2018), desde 2016 nessa mesma faixa etária, o acesso é de 99,2%. Considera-se, portanto, que a universalização do ensino esteja praticamente alcançada.

Porém, esse fato coexiste com uma adversidade, que é a distorção idade/série: o percentual acima citado representa a taxa de matrícula líquida, mas se os dados forem analisados por outra perspectiva, enquanto 95,5% das crianças de 6 a 10 anos estão matriculadas na idade recomendada, ocorre atraso nos anos finais do ensino fundamental, quando a taxa cai para 84,4% apenas de adequação idade/série para as crianças de 11 a 14 anos. A distorção intensifica-se ainda mais no ensino médio. Portanto, o direito subjetivo ao acesso está garantido, mas a permanência e as oportunidades educativas ainda aparecem como problemas a se resolver, com obstáculos econômicos, políticos e sociais a serem enfrentados.

A política educacional decenal implantada no Brasil nas últimas décadas tem modificado o cenário da Educação no que diz respeito à organização dos sistemas educacionais. As metas e as estratégias previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), promulgado pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014a), se constituem instrumentos regulatórios impostos aos estados e municípios uma vez que a Constituição Federal de 1988 estabelece que os planos de educação municipal, estadual e distrital devem ser construídos e aprovados em consonância com o PNE.

³ PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio Contínua; IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Dentre as metas estabelecidas no PNE, destaca-se a meta sete: “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidade, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes metas nacionais para o Ideb [...]”.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb⁴ tornou-se um indicador de qualidade que norteia as ações dos sistemas de ensino, bem como serve de parâmetro para os órgãos de controle como o Tribunal de Contas e Ministério Público.

O ato de avaliar para chegar a indicadores é visto de diferentes formas na comunidade acadêmica. Para Dias Sobrinho (2009, p. 135), a avaliação vai muito além do que muitos profissionais da educação que atuam nas escolas públicas pensam a respeito, pois adquire nova abordagem, como sendo “[...] uma produção de sentidos, uma reflexão sobre valores, um questionamento sobre o cumprimento da finalidade essencial da educação, que é a formação integral de cidadãos e profissionais sociais”.

As mudanças demandam novos modos de gestão e de medidas administrativas devido à necessidade de se criar instrumentos de regulação. Ressalte-se que o conceito regulação assume diferentes significados dependendo do contexto e será tratado mais detalhadamente em diversas abordagens do quadro teórico na terceira seção desse trabalho.

Porém, para contextualizar as discussões preliminares acerca da avaliação e de política educativa adotar-se-á o que dispõe Barroso (2005), regulação enquanto modo de coordenação dos sistemas educativos, ou seja, a circunstância como se ajusta a ação a determinadas finalidades.

Vista a regulação como uma função essencial para a manutenção do equilíbrio de qualquer sistema, é ela que permite, “[...] através dos seus órgãos reguladores, identificar as perturbações, analisar e tratar as informações relativas a um estado de desequilíbrio e transmitir um conjunto de ordens coerentes a um ou vários dos seus órgãos executores” (BARROSO, 2005, p. 728).

A avaliação evolui de instrumentos meramente técnicos para processo educativo. E por ser a avaliação um importante instrumento de gestão e de regulação, a presente pesquisa poderá oferecer subsídios à área educacional a fim de identificar caminhos que permeiam o processo de implantação de um sistema de avaliação de desempenho escolar que leve em consideração a

⁴ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios (INEP).

proposta pedagógica municipal. Machado L. (2007, p. 8), ao discutir a relevância da pesquisa, coloca que:

Na área da educação, pelo menos dois aspectos podem ser identificados de pronto, como relevantes: se a pesquisa, potencialmente, poderá contribuir na formulação da política educacional em suas linhas mais amplas e se poderá influenciar sobre o processo educacional propriamente dito, sobre o que acontece na escola e na sala de aula. Em outras palavras, se a pesquisa poderá fazer avançar o conhecimento sobre a formulação, compreensão e análise da política educacional em todos os níveis do sistema, e seus reflexos nas instâncias em que a educação efetivamente acontece – a escola e a sala de aula.

Para Lemes (2015, p. 140), “Na escolarização, a avaliação se estabelece em processo e, por isso, deve possibilitar a ‘revelação’, no sentido de conhecimento dessa realidade em transformação”. Para dar sentido à avaliação escolar por meio de um sistema municipal é preciso que a avaliação seja um instrumento para tomadas de decisões dos agentes públicos locais. Nesse sentido, o autor faz a seguinte colocação:

Os dados obtidos em quaisquer avaliações são sempre indicadores de alguma coisa ou situação. A busca da compreensão da realidade, visando extrair dela elementos que possibilitem conhecê-la e, com efeito, produzir intervenções que possam qualificá-la, tem sido feita a partir dos estudos desses indicadores. E estes, de acordo com suas diferentes funções, adquirem dimensões mais significativas na elaboração ou definição de políticas públicas que exigem cuidados especiais em sua construção e implementação (LEMES, 2015, p. 146).

Na busca de qualidade educacional é necessário que a avaliação seja relevante, pertinente e equitativa. Dessa forma, diagnosticar, avaliar e executar ações é a fórmula encontrada pela Secretaria Municipal de Educação de Bebedouro para identificar medidas de qualidade menos sujeitas a erros, que será detalhada nas seções posteriores.

Tendo em vista o universo educacional, mais precisamente a gestão municipal, a discussão em torno do problema se justificou pela busca analítica e conhecimento de uma realidade local que contribua com os agentes públicos municipais ao formular, monitorar e avaliar as políticas educacionais voltadas à avaliação externa. Os resultados poderão auxiliar nas tomadas de decisão ao definir metas, estratégias e correção de rumo de seus sistemas de ensino, permitindo qualificar o processo educacional.

A relevância desses estudos, à luz da ciência, está em contribuir para um acervo maior de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores que tratam da avaliação externa municipal e

balizar ações de agentes públicos municipais que pretendem iniciar o processo de implantação de sistemas avaliativos próprios, respeitando suas características e projetos educativos locais. Ao transferir os conhecimentos de uma situação educacional local, este trabalho tenta resgatar o sentido da relevância da pesquisa em educação “[...] de modo a permitir sua aplicabilidade a outros contextos de natureza semelhante” (MACHADO L., 2007, p. 7).

Os objetivos da pesquisa foram assim definidos:

Objetivo geral: discutir o desenvolvimento e a implantação de um sistema de avaliação do desempenho escolar no município de Bebedouro como instrumento de gestão e regulação das políticas públicas educacionais.

Objetivos específicos:

- Analisar o processo de implantação do sistema de avaliação escolar municipal de Bebedouro.

- Investigar na implantação de um sistema municipal próprio de avaliação a possibilidade de melhoria nos resultados da escolarização.

- Identificar e discutir se os instrumentos avaliativos empregados nesse sistema contribuíram para ajustes nas ações públicas municipais na área da Educação.

O objeto de estudo desta pesquisa consistiu na avaliação externa municipal, implantada na rede pública de Bebedouro em 2015, tendo como público-alvo os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Para entender o processo, foi necessário aprofundamento teórico das concepções que balizam os estudos, tais como avaliação, gestão, regulação, políticas públicas, sistema, indicador e qualidade.

Para conferir sentido às respostas que se buscou no campo de política e gestão educacional pública e atender aos objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos da dissertação destacaram a abordagem teórica, exploratória e qualitativa. Em circunstâncias necessárias, foram inseridos dados quantitativos para contextualizar as discussões que envolvem índices, tabelas e dados numéricos relacionados à educação nacional e municipal.

Não devemos menosprezar a importância dos bancos de dados, do corpo de informações objetivas, das estatísticas, dos estudos quantitativos, que, na realidade, são o ponto de partida para qualquer intervenção qualitativa ou todo procedimento analítico e interpretativo (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 67).

O trabalho se desenvolveu com coleta de dados, por meio de pesquisa bibliográfica e análise teórica exploratória. O interesse pelo tema da avaliação partiu de alguns

questionamentos que se transformaram em um problema: Em que medida a implantação de um sistema de avaliação municipal contribui no processo educativo?

A procura por resposta a esse problema trouxe resultados que podem servir de pesquisa ou até mesmo amostra para os municípios brasileiros. Os estudos científicos sobre avaliação externa e indicadores de qualidade são vastos no Brasil, mas quando se busca por modelos no âmbito municipal, os números mostram-se incipientes ainda.

Os autores Bauer et al. (2015) realizaram estudos voltados à avaliação em larga escala em municípios brasileiros e os resultados revelaram que a prática avaliativa está convergindo cada vez mais para a gestão municipal. Essas revelações contribuem para que se pluralizem pesquisas nesse campo de políticas educacionais.

A fim de organizar a investigação numa sequência lógica de temas, a dissertação está dividida em seis seções. Nesta seção introdutória, apresenta-se uma breve contextualização da pesquisa, envolvendo relato da situação da educação no país, o papel que a avaliação externa ocupa no meio educacional, a importância de se avaliar na esfera local, o problema, os objetivos e a justificativa do trabalho.

Na segunda seção estão expressos os planos decenais de educação, dividindo-se em duas partes. Primeiramente se discute o plano nacional, mais especificamente o cumprimento da meta sete, que prevê o aprendizado adequado na idade certa, e em outra subseção a discussão se atém ao plano municipal, frente à necessidade de se criar novos instrumentos de controle para o cumprimento da meta oito, equivalente à meta sete do PNE; ambas dizem respeito à melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as metas do Ideb.

A terceira seção versa sobre os fundamentos teóricos das políticas públicas num contexto geral, das políticas educacionais e da avaliação. Discute-se o significado de sistema, diferenciando-o enquanto sistema de ensino e sistema de avaliação. Para melhor compreensão dos conceitos e concepções, essa seção foi dividida em três subseções. A primeira diz sobre o direito ao acesso e permanência com qualidade dos alunos na educação básica, contrapondo-se à realidade brasileira. A segunda apresenta as ações político-administrativas de regulação dos sistemas de ensino ao se discutir a decisão de um órgão público municipal em implantar um sistema próprio de avaliação do desempenho escolar dos alunos em sua área de atuação. A última parte dessa seção discorre sobre a avaliação em larga escala e os indicadores de qualidade, o sentido que se dá à avaliação enquanto prática social e a influência da política de avaliação nacional exercida sobre os municípios. Expõe, ainda, os problemas da avaliação em larga escala e os limites para formulação de políticas educacionais municipais. Por fim, discute-se a avaliação enquanto instrumento de gestão e regulação e a compreensão de alguns autores

em relação ao ato de avaliar e de regular, tais como Dupriez e Maroy (2000), Bonniol e Vial (2001), Barroso (2005; 2006; 2013), Dias Sobrinho (2003; 2005; 2008; 2009; 2013).

A quarta seção é dedicada às discussões metodológicas numa abordagem qualitativa. Ela mostra o caminho de como o trabalho de pesquisa foi estruturado e organizado, os passos para concretizar a pesquisa bibliográfica e a análise teórica documental até chegar aos resultados. Partiu-se de um quadro teórico de referência, mas o mesmo foi sendo mais bem delineado ao desenrolar da pesquisa.

A quinta seção trata especificamente da implantação do Sistema de Avaliação do Desempenho Escolar do Município de Bebedouro (Sademb), iniciando-se por uma breve contextualização da situação educacional do município, com informações gerais da cidade e do sistema municipal. Depois, para situar o leitor, discorre um relato sucinto sobre as experiências avaliativas anteriores ao Sademb, uma de 2002 que se extinguiu no ano subsequente e a outra de 2009 que permanece até o momento, mas com objetivos diferentes ao do Sademb. Relata ainda sobre os fatores extra e intraescolares que motivaram a criação de um sistema próprio de avaliação. Em uma subseção são descritos o processo de criação, os instrumentos legais, os objetivos, bem como os problemas e soluções apresentados. E, por fim, sinteticamente, se apresenta um panorama da avaliação dos alunos público-alvo da educação especial, seu espaço no Sademb e a busca por procedimentos adequados para acompanhar o processo de escolaridade do aluno com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento.

Para finalizar, a sexta seção apresenta um panorama da análise dos dados e resultados: de como ocorreu a apresentação dos resultados aos profissionais da educação; a revelação de uma dura realidade envolvendo a produção de texto dos alunos que participaram das provas nas duas versões (2015 e 2016); quais foram as ações imediatas após constatação da fragilidade na competência escritora dos alunos; mostra ainda os desdobramentos a partir dos resultados da versão 2016; responde o porquê de as provas terem sido devolvidas às unidades escolares e da necessidade de se investigar as causas dos problemas apresentados.

No término da pesquisa ficou destinado um espaço para as considerações finais da pesquisadora que relata brevemente se o objetivo geral e os secundários foram alcançados e se respondeu ao problema posto inicialmente. Há um fechamento dos temas desenvolvidos durante a trajetória de estudos, descrevendo se o Sademb ajudou no aprimoramento da gestão e se houve benefícios desse modelo de avaliação implantado numa instância municipal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou responder ao problema posto na origem do trabalho acadêmico: em que medida a implantação de um sistema de avaliação municipal contribui no processo educativo? A relevância e a significação do problema abordado em vista do universo educacional estão voltadas à gestão municipal, levando-se em consideração que a rede, os profissionais envolvidos e a estrutura educacional só se justificam se a criança aprender.

Por ser a avaliação um tema bastante amplo e complexo, o foco ficou no desempenho dos alunos, nas ações dos gestores municipais e nas políticas públicas, o que não esgota a possibilidade de estudos posteriores. Foi proposto compreender o processo de institucionalização do Sademb e as ferramentas utilizadas, sendo que o ponto de partida metodológico preestabelecido promoveu a convergência entre o quadro teórico e a análise documental em interlocução aos marcos legais da educação.

Diante de inúmeros documentos analisados, tornou-se possível confrontar esses princípios teóricos, a prática avaliativa e as políticas educacionais de um sistema público municipal, numa dinâmica espiral, sem se distanciar do recorte temático.

O objetivo geral da dissertação foi discutir o desenvolvimento e a implantação de um sistema de avaliação do desempenho escolar no município de Bebedouro como instrumento de gestão e regulação das políticas públicas educacionais. Para atender a esse objetivo, houve necessidade de se compreender o processo de implantação do sistema municipal: reunir, analisar e interpretar informações; transitar entre seu potencial de mudanças e seus limites; e observar os erros e acertos frente à alteração de gestão educacional, em 2017. Foi preciso ainda dar ênfase às concepções e aos conceitos que envolvem as políticas públicas e a avaliação.

Para atingir o objetivo específico de analisar o processo de implantação do Sademb, buscaram-se, fundamentalmente, no histórico educacional do município, elementos que pudessem revelar experiências anteriores. O acesso a arquivos de dados e aos documentos devidamente organizados favoreceu a análise, bem como a experiência da pesquisadora em sala de aula (sistema público municipal/estadual e privado), em conselhos educacionais e em funções de gestão na Semeb.

Em relação ao objetivo secundário de investigar na implantação desse sistema avaliativo a possibilidade de melhoria nos resultados da escolarização, entende-se que a resposta aparece na análise dos dados e resultados, os quais revelaram avanços na aprendizagem das crianças, mas não o suficiente, se confrontados com as metas a serem alcançadas por cada unidade escolar, descritas em seus planos de ação. Portanto, para que ocorra progresso, é preciso

conhecer os problemas a fim de se investir em ações acertadas e o acesso dos profissionais da educação aos dados revelados pela avaliação mostrou-se de fundamental importância.

As respostas após implantação ou implementação de políticas públicas nem sempre são imediatas quando se trata de problemas generalizados numa rede, mas constatar impasses e direcionar ações faz com que melhorem as chances de resolvê-los. Os resultados da pesquisa trouxeram clareza quanto a essa assertiva, considerando que parte dos problemas foi resolvida, outras questões encaminhadas e as demais se encontram em processo de debate (o que fazer?).

E, por fim, o último objetivo está relacionado com a discussão sobre os instrumentos avaliativos empregados nesse sistema: se contribuíram para ajustes nas ações públicas municipais na área da Educação. Constatou-se que houve a garantia de um fluxo de informações que apoiaram a execução das ações. Foram realizados inúmeros ajustes, como redirecionamento das formações dos professores, orientações às unidades escolares para reflexão dos dados contidos em seus boletins de resultados, a construção de um plano de ação de cada unidade escolar que refletissem as suas reais necessidades e de um plano de intervenção pedagógica elaborado pela secretaria de educação. Essas práticas fortalecem o exercício da gestão democrática.

Considera-se que, ao se implantar o Sademb, tornou-se possível detectar com maior eficácia as potencialidades e fragilidades dos alunos, do corpo docente e dos gestores escolares, bem como das ações político-administrativas da secretaria de educação, possibilitando tentativas para a correção de rumo. Essas conquistas foram possíveis a partir do exercício de não se comparar escolas, mas de extrair as contribuições educacionais legítimas de cada uma delas.

Os dados obtidos também auxiliaram no diálogo e ajustes entre o sistema público municipal (anos iniciais do ensino fundamental) e estadual (anos finais), durante os *ritos de passagem*. A preocupação do município em oferecer o maior número de dados possíveis dos alunos egressos de seu sistema é importante para a continuidade dos estudos e melhor chance de êxito.

Após todas as etapas da pesquisa, foram constatados benefícios trazidos por esse modelo de avaliação implantado numa instância municipal, apesar dos problemas de ordem técnica e de recursos humanos encontrados. Alguns desses problemas foram sanados, como, por exemplo, a composição da equipe de elaboração do Sademb que foi ampliada com a participação de professores e gestores escolares.

O primeiro ponto positivo dessa avaliação diz respeito aos resultados, que ofereceram maior precisão no diagnóstico educacional, considerando as características próprias, o currículo e a concepção de ensino.

O segundo benefício concerne à revelação de que a maioria dos alunos se alfabetizava até o final do segundo ano, mas não apresentava proficiência na produção de texto e essa dificuldade se perpetuava até o quinto ano do ensino fundamental. E, considerando-se que possuir competência leitora e escritora é uma exigência para a autonomia e a independência do ser humano, a fim de possibilitar maior participação na sociedade, a partir dos dados evidenciados foi possível desenvolver ações corretivas e iniciar um processo para solucionar o problema.

O acompanhamento processual por meio dos dirigentes educacionais municipais, desde a organização das provas até a divulgação dos resultados, conferiu maior legitimidade aos dados revelados pelo Sademb. E, ao obter informações mais precisas, possibilitou que a Semeb se reorientasse quanto às formações dos professores e coordenadores pedagógicos com o propósito de melhorar o planejamento escolar para que os resultados do trabalho realizado chegassem ao aluno.

Ao efetuar um trabalho “personalizado”, voltado ao diagnóstico da rede e ao seu perfil educacional, construído desde que se tornara um sistema próprio de ensino, a avaliação deixa de ter foco somente no aluno tornando-se também sistêmica, oferecendo condições para analisar, entre outras coisas, a infraestrutura, os materiais didáticos, a organização curricular, o trabalho pedagógico e os fatores sócio-políticos, como gestão democrática e envolvimento da comunidade no processo escolar.

Nesse sentido, destaca-se ainda a oportunidade de uma autoavaliação do sistema público municipal (escolas e secretaria de educação) que propiciou detectar algumas de suas fragilidades, limites e contribuições, embora nem todos os problemas tenham sido sanados a priori.

No que tange à composição das provas, permitiu-se compreender que elas articulam uma variedade de itens e as suas características asseguram a identidade da educação municipal local, permitem um maior diálogo entre professores, gestores e equipe técnica da secretaria de educação e realinhamento das ações educacionais. Para as próximas versões do Sademb, as provas terão que se adequar a uma nova Matriz de Referência, pautadas no currículo que, após a implantação da BNCC, encontra-se em fase de construção no sistema municipal. A avaliação e o currículo precisam estar articulados para que os resultados possam reorientar a prática pedagógica.

O desenvolvimento do trabalho científico trouxe à pesquisadora dados que afirmam o *déficit* de informações nos instrumentos nacionais, pois não são previstas as especificidades dos sistemas municipais. É diferente o modo como uma estrutura municipal (descentralizada) interfere no processo de regulação do sistema educativo.

Muitos autores expressivos na área educacional, referenciados no trabalho, apontam a importância da autonomia administrativa e pedagógica dos sistemas municipais para criarem os seus próprios instrumentos de avaliação, investindo, assim, na construção de uma identidade educacional sem desconsiderar os trabalhos, projetos e programas desenvolvidos pelos sistemas estadual e nacional. Esse foi um grande desafio para o município.

Atuando em seu território, ao tomar conhecimento das reais necessidades educativas, torna-se mais adequado para os gestores públicos pensar em sequências de medidas com melhores chances de sucesso de modo a apreender limitações e vulnerabilidades para aprimorar, orientar e ajustar as ações. O Saeb cumpre o seu papel nacional e não há necessidade de distanciar-se uns dos outros, mas realizar um trabalho conjunto, complementando as lacunas e promovendo, assim, a articulação dos sistemas públicos de ensino, cumprindo-se a efetividade da ação governamental.

É preciso destacar que o Sademb teve um baixo custo para o erário municipal porque o trabalho desenvolveu-se de forma “artesanal”, concebido pela secretaria de educação, por uma equipe composta por profissionais da rede, obedecendo, assim, ao princípio da economicidade, pautado na administração pública. E houve, nesse processo, alguns passos importantes: avaliação externa municipal, diagnóstico educacional da rede, autoavaliação escolar e do sistema, e reavaliação no ano subsequente.

Apoiado em Luckesi (2011), pode-se dizer que o Saeb, por não estar próximo da realidade e por ter objetivos específicos, avalia o produto final de todo processo escolar (exige-se apenas o diagnóstico), enquanto que o Sademb possibilita ver o aluno como unidade de análise e acompanha a sua evolução na aprendizagem (além do diagnóstico é exigida a intervenção a fim de correção de rumo da ação). Desse modo, ao estar inserido em sua realidade educativa, cultural e social, o aluno não é reconhecido como um número, mas pelo seu nome e pela sua história acadêmica.

Os resultados da pesquisa apontam que o Sademb é um caminho promissor em direção ao direito de aprender do aluno e ao dever de ensinar que envolvem professores e gestores educacionais. No entanto, para analisar a qualidade da educação, não se deve considerar apenas a proficiência dos alunos, mas o conjunto de informações extraídas do Sademb, dos projetos

pedagógicos das unidades escolares, do plano municipal de educação, das discussões advindas dos conselhos escolares, além das demais avaliações internas.

Esses dizeres encontram suporte em recente documento do Inep que afirma ser multidimensional a qualidade da educação e devem ser considerados os múltiplos fatores do contexto escolar e de fora dele (BRASIL, 2018c, p. 8).

Espera-se continuidade, aprimoramento (sistemática e processual) e consolidação desse sistema avaliativo, para ajustar-se às exigências resultantes da evolução do conhecimento, além de pesquisas e estudos longitudinais, para que haja parâmetros comparativos que possam culminar em uma meta-avaliação do sistema público municipal, e, dessa forma, levar a conhecer outros fatores que interferem nas políticas educacionais.

Cabe aos gestores públicos atuais e futuros a responsabilidade de conhecer, em profundidade, a dimensão e abrangência do Sademb e este trabalho de pesquisa poderá tornar-se um meio de coleta de dados e informações, inclusive para uma interpretação pedagógica do significado dos números e referências apresentados. Nesse sentido, mantém-se o movimento dialético de ação-reflexão-ação.

As escolas municipais, por estarem próximas do poder local, podem dar respostas rápidas e diretas às demandas da comunidade escolar. Essa realidade permite uma participação maior de pais, de alunos, diretores, professores e conselheiros nas ações educacionais, contribuindo na definição de prioridades, planejamento e acompanhamento das ações públicas por meio da secretaria de educação.

O Sademb tornou-se um sistema de informações e sua continuidade efetivará a avaliação longitudinal e transversal, ou seja, acompanhará o grupo de alunos ao mesmo tempo em que se faz um corte em determinados períodos da escolaridade. Os resultados referem-se às áreas de linguagem e matemática, que são pilares do conhecimento humano, porém muitos alunos apresentam potenciais em outros campos como as ciências da natureza, as ciências sociais, o esporte e a arte. Esse deve ser um desafio para os gestores educacionais: analisar, investigar, valorizar e encaminhar os alunos para seus campos de interesse.

Regular os sistemas educacionais centralizadamente traz consigo a ideia de homogeneizar algo que está em contextos sociais, culturais e geográficos diferentes. Embora existam singularidades, os objetivos do Saeb não são os mesmos dos sistemas públicos municipais (responsáveis pela etapa dos anos iniciais do ensino fundamental), além de provas iguais para municípios com características desiguais contribuir pouco para resolver os problemas locais.

As análises e discussões, permeadas pelo referencial teórico, apontam que o Saeb se mantém como uma política pública necessária, mas desde a sua criação passa por mudanças, que podem ser consideradas positivas ou não, de acordo com as tomadas de decisões dos gestores educacionais. Para o Sademb acredita-se que não será diferente, visto que foi criado, posto em prática, apresentados os seus problemas, limites, contribuições e avanços, e seu rumo dependerá dos esforços e convicções dos agentes públicos municipais, implicando no que foi apontado por Gatti (2012) no corpo do trabalho, sobre descontinuidade de políticas implementadas quando ocorre troca de gestores nas administrações públicas.

Após várias discussões acerca da qualidade da educação no decorrer dos temas tratados na dissertação, conclui-se que o Saeb e seus indicadores trazem informações sobre o desempenho da educação básica do país, mas por si só não definem a qualidade. São necessários outros instrumentos, análises e pesquisas intra e extraescolares. Dessa forma, torna-se premente ressignificar o papel da avaliação em larga escala. Desde a implantação das primeiras avaliações no país, esteve implícita a qualidade da educação e qualidade deve estar inerente ao ato de educar.

Os dados e informações disponibilizados pelo Saeb auxiliam a educação municipal, mas o Sademb complementa os dados fornecidos, permitindo traçar um quadro abrangente da situação educacional do sistema público municipal. Os princípios, objetivos e ações estão claramente definidos e adequados à realidade local. A avaliação de uma criança traz subjacente a avaliação do desempenho docente, da escola, de programas e sistemas educacionais.

Pode-se dizer que as duas versões do Sademb (2015/2016), aliadas ao PME (2015), permitiram um estudo minucioso da realidade educacional de Bebedouro e mostraram os problemas existentes, sendo alguns de soluções em longo prazo. Por ser a área educacional complexa e em constante mudança, acredita-se que uma das características do gestor público educacional é ter olhar abrangente (macro) do seu espaço de atuação, investindo no que é prioritário para o momento, mas sem deixar de lado ações que irão impactar positivamente a longo prazo, muitas vezes com resultados após a sua permanência na função.

Gestão e qualidade na educação se inter-relacionam e a formação do gestor é elemento estratégico da política educacional, frente ao desafio de administrar algo tão complexo que podem resultar em compassos ou descompassos na educação. Espera-se, com a continuidade desse sistema avaliativo, que o município adquira cada vez mais experiência e dois fatores certamente interferem: o quadro efetivo de supervisores de ensino, que conhecem o histórico do Sademb e podem auxiliar os futuros secretários de educação; e o quadro efetivo de diretores

escolares que presenciaram o processo de implantação do Sademb e acompanham o processo de implementação.

O binômio avaliação-qualidade também não pode estar desintegrado, pois se avalia para melhorar a qualidade e se avalia a avaliação, numa relação de reciprocidade. A criação de sistemas complementares nos municípios contribui para assegurar maior transparência das informações, cumpre um papel estratégico para o planejamento e auxilia na formulação de novas políticas educacionais, permitindo, dessa forma, um acompanhamento permanente da situação educacional dentro de seu território.

O documento citado no corpo do trabalho, em que o Inep coloca como um dos objetivos do Saeb “[...] produzir indicadores educacionais para o Brasil, suas regiões e Unidades da Federação e, **quando possível**, para os municípios e as instituições escolares [...]” (BRASIL, 2018c, p. 6, grifo nosso), pode-se dizer que confirma a necessidade de outras fontes de informações para a educação municipal, e corrobora com as conclusões da presente pesquisa.

Em fase final deste trabalho de pesquisa, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 1.100 de 26 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a realização do Saeb no ano de 2019. No documento, a qualidade é caracterizada como um atributo multidimensional e o Saeb passa a referenciar-se por sete dimensões que se inter-relacionam para promover percursos regulares de aprendizagens, levando-se em consideração a formação integral dos estudantes, que são: I - Atendimento Escolar; II - Ensino e Aprendizagem; III - Investimento; IV - Profissionais da Educação; V - Gestão; VI - Equidade; e VII - Cidadania, Direitos Humanos e Valores (BRASIL, 2018d). As informações trazidas por essa portaria certificam as discussões e conclusões dos estudos aqui apresentadas que relacionam-se à qualidade da educação.

No período de finalização da dissertação, constatou-se, também, que foi realizada a terceira edição do Sademb (2018), sob nova direção administrativa e pedagógica da Semeb, envolvendo os alunos do 2º e 4º anos do ensino fundamental, e essa sequência de fatores deixará uma lacuna para a continuidade e aprofundamento dos estudos.

Conclui-se que o Sademb se constitui como dimensão de aprimoramento da gestão e de regulação das políticas educacionais, pois visa orientar e direcionar as ações públicas ao trazer informações que podem servir de subsídio para se discutir a prática pedagógica. Oferece, ainda, caminhos para os gestores escolares olharem as suas características organizacionais e processuais e tornam os professores da rede interlocutores dessa avaliação, desde que tenham clareza dos objetivos do Sademb e compartilhem de informações.

Da avaliação à regulação, existe um caminho a percorrer e espaço para ajustes e, em decorrência de imprevistos, ainda tornam-se possíveis remanejamentos no meio do trajeto, de modo a ajustar as ações em detrimento da otimização da aprendizagem.

O Sademb identifica *o que* deveria ter sido aprendido em cada ano escolar (uso administrativo/gerencial da avaliação) e cada escola discute *como* será ensinado cada conteúdo (uso pedagógico da avaliação). Dessa forma, o Sademb possibilita conhecer a realidade educacional local e redirecionar a prática avaliativa, numa perspectiva democrática, ao criar espaços de debate, de reflexão coletiva, de análise dos processos pedagógicos. Assim, suscita a autorregulação do exercício da gestão de uma rede pública de ensino.

Estas discussões da pesquisa ensejam contribuir com os sistemas municipais, sem a pretensão de grandes mudanças, mas com a convicção de que as iniciativas, por menores que sejam, auxiliam no desenvolvimento do processo educativo, porque mobilizam reflexões, experiências e saberes.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA et al. (coord). **Indicadores de Qualidade na Educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

ALAVARSE, Ocimar Munhoz; MACHADO, Cristiane; ARCAS, Paulo Henrique. Avaliação externa e qualidade da Educação: formação docente em questão. **Revista Diálogo Educativo**, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1353-1375, jul./set. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/rosan/Downloads/21950-38322-1-SM.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

ALAVARSE, Ocimar Munhoz; MACHADO, Cristiane; BRAVO, Maria Helena. Políticas educacionais, avaliação de sistema e melhoria da qualidade na educação básica: experiências de dois municípios paulistas. **EccoS – Rev. Cient., São Paulo**, n. 31, p. 191-205, maio/ago. 2013.

AZEVEDO, Fernando de; et al. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2015.

BALZAN, Newton Cesar. A voz do estudante: sua contribuição para a deflagração de um processo de avaliação institucional. *In*: BALZAN, Newton Cesar; DIAS SOBRINHO, José (orgs). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

BARROSO, João. A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas. *In*: **Educação, Temas e Problemas**. A escola em análise: olhares sociopolíticos e organizacionais, v. 6, n. 12-13, p. 13-26. 2013. Disponível em: <<http://www.ciep.uevora.pt/revista/Completa/RevistaEDUCACAO.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2017.

BARROSO, João (org.). **A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, dinâmicas e actores**. Lisboa: Educa e Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2006.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação&Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005, Ed. Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 set. 2016.

BAUER, Adriana; HORTA NETO, João L.; SOUSA, Sandra Z.; OLIVEIRA, Cláudia, Avaliação em larga escala em municípios brasileiros: o que dizem os números? **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 26, n. 63, 2015.

BEBEDOURO (SP). **Decreto nº. 4.347, de 7 de agosto de 2000**. Regulamenta a distribuição, quando houver, do resíduo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, prevista no Art. 37 da Lei Municipal nº. 2870, de 23/03/99. Disponível em: <<http://131.108.216.3/Siave/arquivo?Id=31395>>. Acesso em: 27 maio 2016.

BEBEDOURO (SP). **Decreto nº. 12.183, de 2 de agosto de 2016**. Institui o Fórum Municipal de Bebedouro. Disponível em: <<http://131.108.216.3/Siave/arquivo?Id=43822>>. Acesso em: 9 de set. 2018.

BEBEDOURO (SP). **Lei nº. 3.690, de 19 de julho de 2007**. Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino Básico de Bebedouro. Disponível em: <<http://131.108.216.3/Siave/arquivo?Id=29705>>. Acesso em: 29 maio de 2016.

BEBEDOURO (SP). **Lei nº. 4.264, de 8 de fevereiro de 2011**. Institui o Conselho de Escola nas escolas municipais de Bebedouro. Disponível em: <<http://131.108.216.3/Siave/arquivo?Id=30299>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

BEBEDOURO (SP). **Lei nº. 5.000 de 23 de junho de 2015a**. Plano Municipal de Educação-PME. Disponível em: <<http://131.108.216.3/Siave/arquivo?Id=31049>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BEBEDOURO (SP). **Lei nº. 5.060, de 9 de dezembro de 2015b**. Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino de Bebedouro e dá outras providências. Disponível em: <<http://131.108.216.3/Siave/arquivo?Id=31109>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

BEBEDOURO (SP). **Portaria nº. 24 de 26 de outubro de 2015c**. Institui o sistema de Avaliação de Desempenho Escolar do Município de Bebedouro – Sademb. Disponível em: <<http://sp.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/bebedouro/index.cfm?pagina=abreDocumento&arquivo=31EC03518F4F>>. Acesso em 23 out. 2016.

BEBEDOURO (SP). **Sademb**: Sistema de Avaliação Diagnóstica da Educação Municipal de Bebedouro, 2002.

BODGAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1984.

BONAMINO, Alicia. A evolução do Saeb: desafios para o futuro. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 113-126, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2599/2608>>. Acesso em: 25 out. 2018.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 fev. 2018.

BONNIOL, Jean Jacques; VIAL, Michel. **Modelos de avaliação: textos fundamentais**. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº. 7**, de 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&Itemid=30192>. Acesso em 21 jul. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº. 30/2000**. Solicita pronunciamento, tendo em vista o Parecer CEB 04/2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb030_00.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Diário Oficial da União - Seção 1 - Suplemento - 16/7/1934, Página 1 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº. 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. **Decreto nº. 9.432, de 29 de junho de 2018**. Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/7/2018, Página 1. 2018a. Disponível em: <http://www.imprensa nacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/28341835/do1-2018-07-02-decreto-n-9-432-de-29-de-junho-de-2018-28341831>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº. 14, de 12 de setembro de 1996a**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 2012 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm>. Acesso em: 29. set. 2015.

BRASIL. Fórum Nacional de Educação. **Documento Referência: Conferência Nacional de Educação**. Brasília, 2018b.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica: Documento de Referência**. Versão 1.0. Brasília, 2018c.

BRASIL. **Lei nº. 010.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro 1996b**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário da União. Brasília, DF, nº 248, 1996.

BRASIL. **Lei nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996c**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

BRASIL. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014a**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Portaria nº 1.100, de 26 de dezembro de 2018d**. Estabelece as diretrizes para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb no ano de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF, 2017a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 22 de dezembro de 2017b. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Referência**: Conferência Nacional de Educação. Brasília - DF, 2014c.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2016: Notas estatísticas**. Brasília, DF, 2017c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 9 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **PNE em Movimento**: construindo indicadores educacionais nos municípios. Brasília: Inep, 2016a. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/construindo_indicadores.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico**: Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2005 a 2015. 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2015/resumo_tecnico_ideb_2005-2015.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano Municipal de Educação**: Cadernos de Orientações. Brasília – DF, 2014b. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício-Circular nº. 20 de 12 de julho de 2017d**. Assunto: Adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/adesao_2017.pdf>. Acesso em 14. jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº. 369, de 5 de maio de 2016b**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SINAEB.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº. 826 de 7 de julho de 2017e**. Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação – PNME. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/10937-portaria-mec-n%C2%BA-823,-de-7-de-julho-de-2017>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº. 981, de 25 de agosto de 2016c**. Revoga a Portaria MEC nº 369, de 5 de maio de 2016.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de educação fundamental – Brasília. MEC/SEF, 1997a.

BRASIL. **Parâmetros curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília, Ministério de Educação Secretaria de Educação Fundamental, 1997b.

BRUNS, Barbara; EVANS, David; LUQUE, Javier. 2011. **Achieving World-Class Education in Brazil: The Next Agenda**. Report 65659. Directions in Development: Human Development Series. Washington, DC: World Bank.

CAED. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora. **Avaliação externa**. Disponível em: <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/tipos-de-avaliacao/avaliacao-externa/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CAED. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora. **Avaliação interna**. Disponível em: <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/tipos-de-avaliacao/avaliacao-interna/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CARDOSO, Roberta Muriel; DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação e educação no Brasil**: avanços e retrocessos. Série-Estudos – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação na UCDB. Campo Grande, MS, n. 37, p. 263-273, jan./jun. 2014.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: aval. públ.** Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação** (Campinas). 2013, v. 18, n. 1, p.107-126.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Institucional. Notas para pensar o PAIUNG e o SINAES. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí. Ano 24, n. 81, jan.-jun. 2009.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2008, vol.13, n.1, pp.193-207. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a11v13n1.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da Educação Superior: Regulação e Emancipação. **Avaliação** - Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. 2003, p. 31-47.

DIAS SOBRINHO, José. A Avaliação institucional, instrumento qualidade educativa: a experiência da Unicamp. *In*: BALZAN, Newton Cesar; DIAS SOBRINHO, José (orgs). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

DI GIOVANNI, Geraldo. Abordagens cognitivas. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015a, p. 34-36.

DI GIOVANNI, Geraldo. Atores. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015b, p. 95-97.

DI GIOVANNI, Geraldo. Avaliação. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015c, p. 101-104.

DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015.

DICIONÁRIO MICHAELIS. [s/d]. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. Sistema Nacional de Educação, federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 761-785, jul.-set. 2013. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Inep, 2007. (Textos para Discussão, n. 22).

DUPRIEZ, Vincent; MAROY, Chistian Mr.; La régulation dans les systèmes scolaires: proposition théorique et analyse du cadre structurel en Belgique francophone. **Revue Française de Pédagogie**, Paris, n. 130, p. 73-87, jan/mar. 2000.

FERNANDES, Reynaldo. A universalização da avaliação e a criação do Ideb: pressupostos e perspectivas. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 99-111, maio/ago. 2016.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb)**: metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas. Brasília: Inep, 2007.

FERNANDES, Reynaldo. GREMAUD Amaury. **Qualidade da Educação**: Avaliação, indicadores e metas. 2009. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/seminario/reynaldo_paper.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. Avaliação: Contexto, História e Perspectivas. **Olh@res**, Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 08-26, maio, 2014.

GATTI, Bernadete Angelina. Políticas de avaliação em larga escala e a questão da inovação educacional. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**. Campo Grande, MS, n. 33, p. 29-37, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/59/165>>. Acesso em: 14 out. 2018.

GATTI, Bernadete Angelina. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, n. 09, p. 7-18, 2009.

GIMENEZ, Nelson; SILVA, Vandrê Gomes; PRÍNCIPE, Lizandra Marisa; LOUZANO, Paula; MORICONI, Gabriela. Além da Prova Brasil: investimento em sistemas próprios de avaliação externa. **Estudos em avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 12-32, abr./ago. 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ae/article/view/2718>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

GOLDEMBERG, José. **O repensar a educação no Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, 1993.

HADJI, Charles. **A avaliação desmistificada**. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HORTA NETO, João Luiz. Avaliação educacional no Brasil para além dos testes cognitivos. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 23, n. 1, p. 37-53, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.24220/2318-0870v23n1a3990>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

HORTA NETO, João Luiz. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana de Educación**. n. 42/5 – 25 de abril de 2007. (ISSN: 1681-5653). Disponível em: <<file:///C:/Users/rosan/Downloads/1533Horta.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

HORTA NETO, João Luiz; JUNQUEIRA, Rogério Diniz; OLIVEIRA, Adolfo Samuel de. Do Saeb ao Sinaeb: prolongamentos críticos da avaliação da educação. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 21-37, maio/ago. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro, IBGE, 2003. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>>. Acesso em: 21 set. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IDH do Município**. Bebedouro, SP, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/bebedouro/panorama>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio Contínua – PNAD. **Educação 2017**. Informativo, maio, 2018. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA.

Histórico do Saeb. Página atualizada em: 20 outubro 2015. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/historico-do-saeb>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Saeb**.

Página atualizada em 27 junho de 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA.

Sistema de Avaliação da Educação Básica: Aprimoramentos para 2019. Brasília, DF, dez. 2018. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/saeb_documentos_de_referencia_versao_1.0.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEMES, Sebastião Souza. Indagações sobre as políticas educacionais e reflexões sobre demandas percebidas pelo estado brasileiro: tópicos para análise circunstanciada de seus instrumentos de ação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. esp. 3, p. 1616-1625, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riee.v11.n.esp3.9064>>. Acesso em: 22 set. 2017.

LEMES, Sebastião Souza. Desafios da avaliação educacional: reflexões pontuais de conceitos, fundamentos e indicadores na escolarização atual. *In*: DAVID, Célia Maria, et al. (orgs.). **Desafios contemporâneos da educação** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Desafios contemporâneos collection, p. 139-153. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Os conceitos de organização, gestão, participação e cultura organizacional. *In*: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola** - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, cap. IV, p. 75-81, 2001.

LIMA, Antonio Bosco de. Adeus à Gestão (Escolar) Democrática. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-50, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. 1ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 1986.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Qualidade das Escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p.

413-436, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em 25 set. 2017.

MACHADO, Joaquim. ALVES, José Matias (org.). **Município, Território e Educação: A administração local da educação e da formação.** Universidade Católica do Porto. Coleção E-book, 2014.

MACHADO, Lurdes Marcelino. Considerações sobre a natureza do trabalho científico. *In:* MACHADO, Lurdes Marcelino; MAIA, Graziela Zambao Abdian; LABEGATINI, Andreia Cristina Fregate (orgs.). *Pesquisa em Educação: passo a passo.* Marília/SP: M3T Tecnologia e Educação, 2007.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete sistema estadual de ensino. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil.** São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/sistema-estadual-de-ensino/>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas.** Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. Coleção Desenvolvimento Social 3, 2002.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal.** Brasília, DF, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: Da Excelência à Regulação das Aprendizagens – Entre Duas Lógicas.** Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999.

PESTANA, Maria Inês. Trajetória do Saeb: criação, amadurecimento e desafios. **Em Aberto,** Brasília, v. 29, n. 96, p. 71-84, maio/ago. 2016.

PINHAL, João. Regulação da educação: Os municípios e o Estado. *In:* MACHADO, Joaquim. ALVES, José Matias (org.). **Município, Território e Educação: A administração local da educação e da formação.** Universidade Católica do Porto. Coleção E-book, p. 8-14, 2014.

POLI, Luzenir. LAGARES, Rosilene. Dilemas da gestão democrática da educação frente ao contexto da Nova Gestão Pública. **Revista Brasileira de Política e de Administração da Educação,** v. 33, n. 3, p. 835 - 849, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/76080>>. Acesso em: 30 out. 2018.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas.** 4ª ed. São Paulo: Publifolha, 2015.

SANTOS, Alexandre André; HORTA NETO, João Luiz; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb):** Proposta para atender ao disposto no Plano Nacional de Educação. PNE em Movimento 7. 2017. Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Sistema-Nacional-de-Avaliac%CC%A7a%CC%83o-da-Educac%CC%A7a%CC%83o-Ba%CC%81sica-Sinaeb-%E2%80%93-proposta-para-atender-ao-disposto-no-Plano-Nacional-de-educac%CC%A7a%CC%83o-1-1.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 385, de 28 de julho de 1999**. Institui o Sistema Municipal de Ensino de Bebedouro. Disponível em: <iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/1999/769-99.doc>. Acesso em: 04 set. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. **Orientações Didáticas Fundamentais sobre as Expectativas de Aprendizagem de Língua Portuguesa**. Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Elaboração: Kátia Lomba Bräkling. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. **Orientações Curriculares do Estado de São Paulo: Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Matemática**. Versão Preliminar. São Paulo, 2014.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº. 4.763, de 16 de fevereiro de 1996**. Institui o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para atendimento ao ensino fundamental. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1996/decreto-40673-16.02.1996.html>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº. 40.510, de 4 de dezembro de 1995**. Dispões sobre o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública estadual e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1995/decreto-40510-04.12.1995.html>> Acesso em: 29 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório Pedagógico Saresp 2014**, 2º e 3º ano do EF: Língua Portuguesa, Matemática. Disponível em: <http://file.fde.sp.gov.br/saresp/saresp2014/Arquivos/RELATORIO_PEDAGOGICO_2_3_A_NO_EF.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2016.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório Pedagógico Saresp 2015a**, Língua Portuguesa. Disponível em: <http://file.fde.sp.gov.br/saresp/saresp2015/Arquivos/LP_2015_online.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2016.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE 41/2015b**: aplicação das provas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar SARESP/2015. Disponível em: <<https://wordpaulotamer.wordpress.com/2015/08/22/12729/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Matrizes de referência para avaliação**: documento básico - SARESP. São Paulo: SEE, 2009. Disponível em: <https://saresp.fde.sp.gov.br/2009/pdf/Saresp2008_MatrizRefAvaliacao_DocBasico_Completo.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Hilda Maria Gonçalves; RIBEIRO, Ricardo. A Prática Avaliativa: uma questão político-social. *In*: RIBEIRO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza; MONTEIRO, Sueli Aparecida Itman (org.). **Avaliação e Gestão Escolar: reflexões e pesquisas educacionais**. Rima, 2010, p. 57-64.

SOARES, José Francisco. O direito à educação no contexto da avaliação educacional. *In:* HORTA NETO, João Luiz; JUNQUEIRA, Rogério Diniz (orgs.). **Sistema de Avaliação da Educação Básica** (Saeb): 25 anos. Inep – MEC. Em Aberto, Brasília, v. 29, n. 96, p. 141-152, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/563270>. Acesso em: 23 dez. 2016.

SOUSA, Sandra Zákia. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a08v19n2.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SOUSA, Sandra Zakia; PIMENTA, Cláudia Oliveira; MACHADO, Cristiane. Avaliação e gestão municipal da educação. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 14-36, set/dez. 2012. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1756/1756.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.

STANISCI, Silvia de Andrade. Gestão Participativa. *In:* DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015, p. 402-405.

TEDESCO, Juan Carlos. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna**. São Paulo: Ática, 1998.

TEDESCO, Luiz Anderson; REBELATTO, Durlei Maria Bernardon. Qualidade Social da Educação: um debate em aberto. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte, v. VIII, n. 16, p. 173-197, jul./dez., 2015.

TCESP - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Índice de Efetividade da Gestão Municipal** – IEGM – Manual 2016. Ano Base: 2015. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/manual_ieg_m_exercicio_2015_-_apuracao_2016.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

TCESP - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Índice de Efetividade da Gestão Municipal** - IEGM/. Ano Base: 2014. Disponível em: <<https://www4.tce.sp.gov.br/node/53442>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

TCESP - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual do Índice de Efetividade da Gestão Municipal**: 1º Anuário 2014 – IEGM, 2015. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/manual-ieg_m-tcesp_0_0.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

UNESCO. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 10 de dezembro de 1948. BR/1998/PI/H/4 REV. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

VIANNA, Heraldo Marelim. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 1, n. 28 p. 23- 28, jul-dez/2003.

Disponível em <<https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1109/1109.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

VIANNA, Heraldo Marelim. Medida da Qualidade em educação: apresentação de um modelo. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 60, p. 36-42, n. especial, dez. 2014.

WASELFISZ, Júlio Jacobo; HORTA NETO, João Luiz. **As origens do Saeb**. Em Aberto, Brasília, v. 29, n. 96, p. 177-193, maio/ago. 2016. Disponível em <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2705>>. Acesso em: 15 maio 2017.